

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 43/2023, em que é recorrente **Jorge Lima Delgado Lopes** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 2/2024

*(Autos de Amparo 43/2023, Jorge Lima Delgado Lopes v. STJ, Inadmissão por não aperfeiçoamento tempestivo das insuficiências de que o recurso padece)*

### I. Relatório

1. O Senhor Jorge Lima Delgado Lopes, interpôs recurso de amparo impugnando o Acórdão 34/2021, de 25 de novembro e o Acórdão 85/2023, de 23 de outubro, ambos do Supremo Tribunal de Justiça, arrolando, com esse intuito, fundamentos que se pode sintetizar do seguinte modo:

#### 1.1. Quanto à admissibilidade:

1.1.1. Considerando que o prazo para apresentação do recurso de amparo cessaria no dia 06 de dezembro de 2023, e que tinha sido notificado do Acórdão 85/2023 do STJ no dia 08 de novembro, a tempestividade seria evidente;

1.1.2. Na sua perceção foram esgotadas todas as vias de recurso ordinário previstas nas leis do processo em que se verifica a violação dos direitos e garantias do recorrente;

1.1.3. A sua legitimidade estaria assegurada por ser parte do processo principal, em contexto no qual o seu direito à segurança social, constitucionalmente tutelado, estaria indubitavelmente em crise.

1.2. No essencial, o recorrente assevera que:

1.2.1. Estariam preenchidos todos os requisitos estabelecidos legalmente, mormente os respeitantes ao tempo de serviço prestado ao Estado de Cabo Verde e à idade para a requisição da sua aposentação ordinária;

1.2.2. Inconformado com a decisão, definitiva e executória, vertida para despacho de número 1.225/2017, de 27 de junho de 2017, emitido pela Diretora de Serviço de Segurança Social (DSSS), que o desvincula de serviço para efeitos de aposentação, e fixaria o montante da pensão anual no valor de 2.363.892\$00 (dois milhões trezentos e sessenta e três mil oitocentos e noventa e dois escudos), recorreu para o STJ;

1.2.3. Junto deste órgão judicial apelou à anulação e retificação da decisão supramencionada no sentido de se ordenar ao órgão da administração competente que alterasse a determinação da sua pensão de aposentação para o valor de 5.176.404\$00 (cinco milhões cento e setenta e seis mil quatrocentos e quatro escudos), devendo, ainda, a entidade recorrida no processo principal ser ordenada a pagar-lhe a diferença entre os montantes incorretamente pagos desde a sua aposentação e os montantes devidos;

1.2.4. Da decisão do *Acórdão 34/2021, de 25 de novembro*, proferido pelo STJ, que, embora tenha julgado procedente o recurso, anulado o ato impugnado e determinado que a Administração proceda à determinação da pensão unificada, aplicando-se as normas do último regime que são da Função Pública, julga improcedente o recurso no atinente à pretendida aplicação do número 1 do artigo 36 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (doravante EAPS), reclamou;

1.2.5. O pedido de aclaração, no sentido de reparação, culminou com a proferição do *Acórdão 85/2023*, que, no seu entender, foi mais prejudicial em relação à sua pretensão, ao pugnar não só pela inaplicabilidade das normas do artigo 35, como também do 36 do EAPS;

1.2.6. Alega que este acórdão fez tábua rasa do aresto precedente;

1.2.7. Discorreu longamente sobre os dez últimos anos da sua carreira profissional, mormente sobre as funções que desempenhou, o regime que lhe foi aplicado durante este período, entre outras questões que julgou pertinente trazer à colação;

### 1.3. Do ponto de vista do Direito,

1.3.1. Refuta os argumentos do STJ quando este sublinha que o pressuposto de aplicação tanto do artigo 36, número 1, como do artigo 35 do EAPS, é que tenha havido exercício de cargos sempre no seio da Função Pública;

1.3.2. Reitera que o que estaria em causa nos presentes autos seria, “por um lado, a exclusão injusta da aplicação do artigo 36 do EAPS, e, por outro, a divergência quanto à aplicação das regras de cálculo para a determinação do justo valor da pensão de aposentação a que julga ter direito, nos termos da lei”;

1.3.3. Feita esta ressalva, o recorrente tece extensas considerações quanto à pensão unificada, enfatizando os atropelos da DSSS e do Acórdão do STJ que, embora lhe reconheçam a aplicabilidade do regime de pensão unificada, fazem-no de forma equivocada;

1.3.4. Aproveita para ilustrar, minuciosamente, o cálculo da pensão de aposentação;

1.3.5. Faz menção ao parecer do Ministério Público que expressaria entendimento de que a pensão unificada foi instituída com vista à aproximação do regime geral da providência social e do regime de proteção social da função pública, no sentido da convergência dos dois sistemas.

### 1.4. Conclui que:

1.4.1. Sendo o último regime para o qual o requerente descontou, o regime da função pública, provando que a média das remunerações auferidas nos últimos dez anos foram superiores ao do último cargo, não haveria razão para justificar porque o cálculo da pensão não foi feito com base na média das remunerações do decénio, conforme critério previsto no artigo 36 do EAPS;

1.4.2. Em suma, além da ilegalidade resultante da preterição da aplicação do disposto no artigo 36 do EAPS, o despacho e os Acórdãos recorridos violariam o disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 81 da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, revogado; o estipulado no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 1/2013, de 4 de Janeiro, bem como o previsto nos artigos 36 e 37 do EAPS;

1.4.3. Resultariam, igualmente, violados os direitos e garantias constitucionais do recorrente, ferindo-se as disposições constitucionais vertidas nomeadamente para os artigos 2.º, 70 e 245, alínea e), da Constituição.

1.5. Reitera os argumentos apresentados, rogando que se:

1.5.1. Anule os Acórdãos do STJ e se declare a nulidade do despacho da DSSS;

1.5.2. Ordene à Administração da Segurança Social da Função Pública que substitua o referido despacho por outro que aplique as regras de cálculo da atribuição da pensão do último regime e que se efetue o pagamento do valor da pensão mensal de aposentação devida e a diferença entre este montante e os que incorretamente lhe foram pagos, acrescidos dos juros legais vencidos e vincendos até integral pagamento;

1.5.3. Por fim requer que seja solicitada ao STJ a remessa dos Autos de Recurso Contencioso Administrativo 16/2017, para apensação.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei N. 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Encontrar-se-iam preenchidos os pressupostos para admissão do recurso de amparo;

2.2. Porquanto,

2.2.1. A tempestividade seria evidente;

2.2.2. Ter-se-á cumprido as disposições dos artigos 7º e 8º da Lei de Amparo;

2.2.3. O requerente teria legitimidade para recorrer, estariam esgotadas todas as vias ordinárias de recurso previstas na lei do processo, os direitos que se invocam seriam passíveis de amparo; e

2.2.4. Não constaria que esta Corte tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 15 de dezembro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC.

4. Na referida sessão de julgamento proferiu-se decisão de aperfeiçoamento no sentido de se determinar a notificação do recorrente para: a) Indicar de forma clara e completa a(s) conduta(s) do STJ que pretende impugnar, explicitando o(s) ato(s) judicial(is) que a(s) empreendeu(ram) respetivamente; b) Desenvolver o modo como elas vulneram o artigo 245, alínea e), cuidando de apontar claramente o(s) direito(s) nele previsto(s) que terá(ão) sido violado(s) e o modo como a(s) conduta(s) o(s) atinge(m) especificamente; c) Carrear para os autos o despacho administrativo impugnado da DSSS de N. 1225/2017, de 27 de junho, e o recurso contencioso administrativo interposto.

4.1. Lavrada no *Acórdão 186/2023, de 20 de dezembro, Aperfeiçoamento por obscuridade na indicação de condutas impugnadas, imprecisão na indicação de parâmetro decisório e falta de junção de documentos essenciais à aferição da admissibilidade do recurso* Rel: JCP Pina Delgado, ainda não-publicado, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/acordaos/>, este foi notificado ao recorrente no mesmo dia 20 de dezembro;

4.2. Sete dias depois, protocolou junto à Secretaria do TC uma peça de nove páginas através da qual tenta corresponder às injunções feita pelo acórdão de aperfeiçoamento e anexa dois documentos.

5. Nesse mesmo dia já havia sido marcada sessão final de julgamento para o dia 5 de janeiro de 2024, a qual nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos

Juizes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2;

*Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, Boletim Oficial, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.*

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas



pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou

restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos

casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

3. Na presente situação, apesar de ter apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, era notório que a peça não cumpria na sua plenitude as exigências legais.

3.1. Por essas razões, o Tribunal julgou necessário notificar o recorrente para aperfeiçoar o seu recurso, a) Indicando de forma clara e completa a(s) conduta(s) do STJ que pretende impugnar, explicitando o(s) ato(s) judicial(is) que a(s) empreendeu(ram) respetivamente; b) Desenvolvendo o modo como elas vulneram o artigo 245, alínea e), cuidando de apontar claramente o(s) direito(s) nele previsto(s) que terá(ão) sido violado(s) e o modo como a(s) conduta(s) o(s) atinge(m) especificamente; c) Carreando para os autos o despacho administrativo impugnado da DSSS de N. 1225/2017, de 27 de junho

3.2. Nos termos do artigo 17, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, “[n]a falta, insuficiência ou obscuridade dos fundamentos de facto ou de direito, será o recorrente notificado para suprir as deficiências, no prazo de dois dias”. O regime também é integrado pelo artigo 16, alínea b), que dispõe que “o recurso não será admitido quando a petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º” e pelo número 2 da mesma disposição que reza que “[n]o caso da alínea b) do número anterior a petição só será rejeitada se a falta não for suprida no prazo a que se refere o artigo 17º”.

4. No caso concreto, proferiu-se decisão de aperfeiçoamento no sentido de se determinar a notificação do recorrente para: a) Indicar de forma clara e completa a(s) conduta(s) do STJ que pretende impugnar, explicitando o(s) ato(s) judicial(is) que a(s) empreendeu(ram) respetivamente; b) Desenvolver o modo como elas vulneram o artigo 245, alínea e), cuidando de apontar claramente o(s) direito(s) nele previsto(s) que terá(ão) sido violado(s) e o modo como a(s) conduta(s) o(s) atinge(m) especificamente; c) Carrear para os autos o despacho administrativo impugnado da DSSS de N. 1225/2017, de 27 de junho, e o recurso contencioso administrativo interposto;

4.1 A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto.

4.2. As injunções de aperfeiçoamento foram vertidas para o *Acórdão 186/2023, de 20 de dezembro, Aperfeiçoamento por obscuridade na indicação de condutas impugnadas, imprecisão na indicação de parâmetro decisório e falta de junção de documentos essenciais à aferição da admissibilidade do recurso*, Rel: JCP Pina Delgado,, o qual foi notificado ao recorrente no mesmo dia, como se verifica do documento de f. 165.

4.3. Porém, como relatado a sua peça de aperfeiçoamento e os respetivos anexos só deram entrada sete dias depois, no dia 27 de dezembro do mesmo ano.

4.3.1. A admissibilidade das peças de aperfeiçoamento e a consequente possibilidade de a instância prosseguir estão sujeitas a um pressuposto temporal claramente fixado pelo artigo 17, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* segundo o qual “[n]a falta, insuficiência ou obscuridade dos fundamentos de facto ou de direito, será o recorrente notificado para suprir as deficiências, no prazo de dois dias”. O regime também é integrado pelo artigo 16, alínea b), que dispõe que “o recurso não será admitido quando a petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º” e pelo número 2 da mesma disposição que reza que “[n]o caso da alínea b) do número anterior a petição só será rejeitada se a falta não for suprida no prazo a que se refere o artigo 17º”;

4.3.2. Para efeitos de contagem, tendo sido notificado no dia 20 de dezembro, uma quarta-feira, tinha até ao dia 22 de dezembro, uma sexta-feira, para o fazer, contando com o entendimento do Tribunal Constitucional de que por via eletrónica poderia ainda submeter a peça e os documentos até às 23:59 do último dia;

4.3.3. Por conseguinte, não suscitaria qualquer controvérsia a conclusão de que a peça de aperfeiçoamento não entrou no prazo de dois dias previsto pela lei, o que o recorrente não contesta, pelo contrário.

5. Requer, antes, que se admita a peça de aperfeiçoamento por ter entrado no primeiro dia útil subsequente ao termo do prazo, considerando que os dias entre esta data e o dia da entrada do requerimento tinham sido, respetivamente, um sábado, um domingo, um dia feriado e um dia de tolerância de ponto.

5.1. Por estas razões, entende esta Corte que a alegação de que a peça deu entrada no primeiro dia útil imediatamente posterior ao termo do prazo não estaria sujeita a nenhuma disputa;

5.2. O mesmo não acontecendo com a pretensão de aplicação do artigo 138, parágrafo quarto, do CPC ao processo de amparo.

5.2.1. Com efeito, desde o *Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, Pedido de Desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 27, de 16 de maio de 2017, pp. 659-668, 3.1.2, o Tribunal tem chamado a atenção que a aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil aos processos constitucionais deve sempre ter em devida consideração a natureza objetiva desse tipo de processo e as características específicas de cada meio de tutela constitucional. Deixando claro que a partir do momento em que tais normas se afastam desse parâmetro, a sua aplicação deve também ser reponderada;

5.2.2. O que considerou ter acontecido com a norma constante do número 4 do artigo 138 do CPC, quando o Tribunal Constitucional se confrontou com a norma introduzida na última alteração desse diploma processual e analisou se ela seria compatível com qualquer processo que a Constituição ou a lei tenha classificado como célere;

5.2.3. Discutiu-a, imediatamente, em relação aos contenciosos eleitorais, considerando que a norma, conforme a sua nova redação, seria incompatível com qualquer processo constitucional que exige celeridade, mormente o eleitoral (ver *Acórdão 32/2022, de 4 de agosto, PSD v. CNE, sobre dever de pagamento de subvenções eleitorais por decurso de prazo decisório da CNE*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 29-36, 4.3.2., e *Acórdão 35/2022, de 5 de agosto, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, sobre impugnação da deliberação da CNE de 10 de dezembro de 2021 que, por considerar não demonstrada a legalidade das receitas e despesas declaradas pela candidatura do Candidato Joaquim Jaime Monteiro às eleições presidenciais de 2016 e irregulares as contas apresentadas, não concedeu a subvenção estatal prevista pelo artigo 124 do Código Eleitoral*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1955-1962, 2.2.2);

5.2.4. Ou em relação ao processo laboral, quando asseverou que “[é] convicção deste Tribunal que tal lógica também se aplica ao processo laboral, pelas suas características de informalidade, de oralidade e de celeridade, as quais resultam da sua finalidade precípua de garantir, de forma rápida, a composição de litígios laborais. Na medida em que estes, dentro do quadro de um sistema de um Estado de Direito Democrático que é também Social, têm sempre um potencial de pôr em risco a estabilidade e a justiça sociais, não podendo ficar sujeito, sem prejuízo de haver um núcleo dogmático comum, integralmente à lógica do processo civil, já que este, moldado para dirimir litígios entre dois particulares em situação de reciprocidade ideal, não comporta, na sua filosofia específica, o quadro relacional especial de contraposição de interesses de empregadores e de trabalhadores que o processo laboral tenta compor. (...) Se já é assim como regra, estando em causa uma ação sumária em processo laboral, a qual, pela sua natureza tem de ser marcada por uma ainda maior celeridade, não faz o mínimo sentido aplicar uma regra que permite a prática de qualquer ato processual das partes nos três dias úteis subsequentes ao termo do prazo, porque disso resultaria o desvirtuando total do processo laboral neste particular” (*Acórdão 140/2023, de 10 de agosto, Sociedade J&D v. 1º Juízo de Tribunal de Trabalho da Comarca da Praia, Referente a Violação de Garantia ao Processo Justo e Equitativo por Alegada Desconsideração do Direito ao Contraditório e do Direito à Ampla Defesa*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1901-1907, 5.2.6);

5.2.5. Quanto ao recurso de amparo, esta Corte já tinha asseverado que se trata de remédio constitucional “notoriamente urgente e célere, como imposto pela Constituição, que, no seu artigo 20, parágrafo primeiro, alínea b) (...)”. Destarte, concluiu-se que “a extensão do prazo para aperfeiçoamento ou qualquer outro em mais três dias não é e não pode ser compatível com a natureza do recurso de amparo. Imagine-se só se o Tribunal se deixasse atrair pela tese do recorrente da aplicação generalizada do artigo 138, parágrafo quarto, do CPC. Seriam mais três dias para interpor o recurso de amparo, mais três dias para o aperfeiçoar, mais três dias para pedir esclarecimento, mais três dias para arguir nulidade. Perante a imposição de celeridade do recurso de amparo, que resulta

diretamente do artigo 20 da Constituição, tal interpretação não faria o mínimo sentido, até porque chegar-se-ia ao paradoxo de o prazo suplementar da prática de um ato ser superior ao prazo legal de correção de peças e do prazo em que a decisão de não-admissão transita em julgado. Assim, pela sua incompatibilidade com a natureza célere do recurso de amparo e de outros processos constitucionais urgentes, não se afigura autorizado o recurso supletivo à norma do número 4 do artigo 138 do CPC” (*Acórdão 95/20123, de 13 de junho, Adelcides Nascimento Fernandes Tavares v. STJ, Indeferimento de Arguição de Nulidade do Acórdão nº 66/2023 por Manifesta Falta de Fundamentos Legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, 22 de junho de 2023, pp. 1359-1363, 4.3.3-4.3.4);

5.2.6. A mesma solução se impõe neste caso, reiterando o Tribunal Constitucional, que a norma citada do CPC não é compatível com a natureza célere do recurso de amparo, razão pela qual, de resto, tendo a petição inicial entrado no dia 4 de dezembro foi despachado para promoção do MP no dia seguinte; porque, oferecido o parecer no dia 12 de dezembro e tendo um prazo judicial de dez dias para decidir, o Tribunal prolatou o acórdão de aperfeiçoamento no dia 20 de dezembro e notificou o recorrente no mesmo dia, e porque tendo entrado a sua peça no dia 27 de dezembro marcou conferência de julgamento para o dia 5 de janeiro de 2024.

5.3. E mesmo que tal fosse permitido, a norma citada é absolutamente clara quando faz depender a validade da prática do ato ao pagamento imediato de uma multa de montante igual a 25% da taxa de justiça que seria devida a final do processo ou parte do processo. Destarte, mesmo que fosse de se aceitar a tese sobre a aplicabilidade dessa disposição aos processos constitucionais classificados pela Constituição ou pela lei como céleres, neste caso tal prática seria inválida, nos termos da lei.

6. Em suma, o recorrente tinha dois dias para protocolar a sua peça de aperfeiçoamento sob pena de não-admissão do recurso,

6.1. O que significa que a mesma poderia ter dado entrada até ao fim do dia 22 de dezembro às 23:59, caso a submetesse através do correio eletrónico.

6.1.1. Não a enviou neste dia.



6.1.2. Veio a fazê-lo depois do termo do prazo, sem apresentar qualquer razão justificativa ou impedimento justo que tenha obstado à sua submissão tempestiva e que pudesse ser atendível pelo Tribunal Constitucional.

6.2. Portanto, só se pode ter o aperfeiçoamento por intempestivo, desencadeando as consequências legais do artigo 16, alínea b), e artigo 16, parágrafo segundo, conducentes à inadmissão do recurso.

6.3. Como, de resto, tem sido entendimento reiterado deste Tribunal Constitucional (*Acórdão 43/2023, de 3 de abril de 2023, Cristina Duarte, Exana Soares de Carvalho e Jessica Sanches Santos v. Tribunal de Contas, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 44, 21 de abril de 2023, pp. 1038-1040; ; *Acórdão 66/2023, 5 de maio de 2023, Adelcides Tavares v. STJ, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1288-1289; *Acórdão 67/2023, de 5 de maio de 2023, Mário José Avelino v. TRS, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1290-1291; *Acórdão 68/2023, de 5 de maio de 2023, Bernardino Monteiro Ramos e Outros v. STJ, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1291-1293; *Acórdão 72/2023, de 9 de maio de 2023, Celestino Gomes Semedo, Edmar Jorge dos Santos e Patrick Semedo Lopes v. TRS, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio, pp. 1300-1301).

7. Neste sentido, apesar de o recurso trazer questões importantes do ponto de vista dos direitos fundamentais e do processo constitucional, nomeadamente as de saber se o direito à segurança social previsto pelo artigo 70, parágrafo primeiro, da CRCV – à primeira vista, um direito que não recai debaixo do conceito de direito, liberdade e garantia, sendo, estrutural e dogmaticamente, um direito económico, social e cultural – seria apto a parametrizar um escrutínio de amparo ou se, alternativamente, o recorrente logrou concretizar a posição jurídica individual decorrente do artigo 245, alínea e) da Lei

Fundamental, o recurso não pode ser admitido por não aperfeiçoamento tempestivo dos problemas de obscuridade e de incompletude da instrução de que padecia.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 11 de janeiro de 2024

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 11 de janeiro de 2024.

O Secretário,

*João Borges*